

2º Seminário

HUGO MARI
IDA LÚCIA MACHADO
RENATO DE MELLO
Orgs.

ANÁLISE DO DISCURSO

Fundamentos e Práticas

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
Núcleo de Análise do Discurso
BELO HORIZONTE
2001

MARI, H. et alii. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2001.

UMA TEORIA DOS SUJEITOS DA LINGUAGEM¹

PATRICK CHARAUDEAU
PARIS XIII

Levando-se em conta a pressão que a antropologia, a sociologia e a psicologia social — disciplinas às quais o termo *linguístico* é, freqüentemente, acrescentado como sufixo — exercem sobre a ciência da linguagem, podemos perguntar se esta possui uma especificidade, um campo próprio.

É lógico que tal questão pode ser respondida com a segurança do homem de ciência a qual nada parece abalar, em sua torre de marfim:

“Do ponto de vista teórico, hoje, como a vinte anos atrás, a linguística é constituída de um núcleo duro e de uma periferia mole. O núcleo duro está na gramática gerativa [...] e o “núcleo duro” do núcleo duro continua sendo o trabalho de Chomsky e seus discípulos próximos.”²

Entretanto, algumas questões fundamentais foram colocadas à linguística pelas disciplinas acima citadas: como compreender um objeto de linguagem que se apresenta desprovido de sua dimensão psicossocial? O que são essas descrições de sistema que não nos permitem dar conta da comunicação humana? Como captar o fenômeno da significação em uma análise da linguagem que não se interessa pelas condições de produção? O que pode significar uma sintaxe, tão elaborada e rigorosa, mas incapaz de explicar as

¹ Este artigo teve sua primeira publicação na revista *Langages et Société*, Paris, n. 28, Maisson des Sciences de l’Homme, jun. 1984.

² Ruwet, N. Linguistique. in: *Magazine Littéraire*. Paris, n. 200/201, p. 44 nov. 1983.

expectativas psicossociais produzidas em um ato de linguagem? São essas questões que, já há alguns anos, estão conduzindo os estudos linguísticos rumo a novas hipóteses que podem marcar a história da ciência da linguagem. É por isso que nos parece difícil concordar com Ruwet (1983) quando ele diz:

“... nos trabalhos ‘fronteiricos’ é que se encontra maior confusão, menos rigor: estou me referindo, aqui, aos inúmeros trabalhos realizados sobre a comunicação, um dos mitos de nosso tempo, e aos trabalhos — por vezes demagógicos — realizados sobre os níveis da língua, da linguagem oral, etc.”

Enfim, devemos olhar para o futuro sem complexos e sem receio de afirmar que os citados trabalhos tiveram o mérito de garantir uma abertura científica, contribuindo, conseqüentemente, para o progresso do espírito humano.

Partindo da hipótese de que é possível estudar a linguagem levando-se em conta sua dimensão psicossocial, gostaríamos de mostrar que uma teoria do discurso não pode prescindir de uma definição dos *sujeitos do ato de linguagem*.

O DISCURSO

Para começar, consideremos algumas informações sobre o termo *discurso*. Não é nosso objetivo, aqui, definir o conceito de *discurso*, dado que é participando do conjunto de uma teoria que o *discurso* é por ela definida. Gostaríamos, apenas, de delimitar o território no qual ele pode se mover, o que nos permitirá evitar algumas confusões, visto que o termo em questão é empregado em diversas acepções.

O *discurso* não deve ser assimilado à expressão verbal da linguagem. A linguagem, mesmo sendo dominante no conjunto das manifestações linguageiras, corresponde a um certo código semiológico³, isto é, a um conjunto estruturado de signos formais, do mesmo modo, por exemplo, que o código gestual (linguagem do gesto) ou o código

icônico (linguagem da imagem). O discurso ultrapassa os códigos de manifestação linguageira na medida em que é o lugar da enunciação da significação, sendo que pode utilizar, conforme seus fins, um ou vários códigos semiológicos. Não pretendemos dizer, com isso, que existiria um estado do discurso anterior à produção da manifestação e dela independente. É preciso que fique claro que toda enunciação discursiva depende das características desses códigos e de todos os códigos nela envolvidos. O que propomos, então, é que não se limite a acepção desse termo somente ao caso da manifestação verbal, considerando-a como a única manifestação possível.

Não se deve confundir *discurso* com *texto*. É preciso considerar *texto* como o objeto que representa a materialização da enunciação do ato de linguagem. O texto é o resultado singular de um processo que depende de um sujeito falante particular e de circunstâncias de produção particulares.⁴ Cada texto é, assim, atravessado por vários discursos ligados a gêneros ou a situações diferentes. Por exemplo, o gênero político⁵ pode ser entrecruzado por um *discurso didático* ou por um *discurso de humor*.

O *Discurso* não deve ser compreendido segundo a tradição linguística, ou seja, como a unidade que ultrapassa a frase. A relação entre diversas frases não constitui, necessariamente, a *unidade-discurso*. É preciso, como veremos mais adiante, que uma sequência de frases corresponda à expectativa da troca linguageira entre parceiros em circunstâncias bem determinadas. Mas, note-se, também, que uma frase, uma palavra, um gesto podem ser portadores de discurso, desde que satisfaçam à condição acima.

Enfim, o *discurso* não será, aqui, considerado no sentido de Benveniste (1966: 238), com sua oposição entre *discurso* e *história*, ou seja “dois planos diferentes de enunciação.” Uma vez mais, o discurso diz respeito ao conjunto da enunciação da significação do qual

⁴ Não confundir, também, *texto* e *corpus*; o *corpus* é um outro objeto, construído pela reunião de diversos textos (textos estes que seguem certos parâmetros, cuja finalidade é a de dar ao *corpus* um princípio de homogeneidade).

⁵ Tal posição é questionável. Preferimos, na verdade, falar de *ritual político* (vide “Le discours propagandiste”, in: *Le Français dans le monde*. Paris, Hachette, n. 182, jan. 1984).

³ Nesse sentido, convém distinguir o código semiológico verbal *oral* do *gráfico*.

um dos componentes é *enunciativo* (discurso) e o outro *enuncivo* (história).

Essas distinções não nos dão, ainda, uma definição precisa do conceito de *discurso*, mas elas têm o mérito de colocar em evidência, por contraste, algumas de suas características. O termo *discurso* pode ser, assim, utilizado em dois sentidos:

Em um primeiro sentido, *discurso* está relacionado ao fenômeno da enunciação do ato de linguagem. Esta enunciação depende de um dispositivo que compreende dois circuitos: um circuito externo, que representa o lugar do *fazer psicossocial* (o situacional) e um circuito interno que representa o lugar da *organização do dizer*. Reservaremos o termo *discurso* ao domínio do *dizer*. Será feita, conseqüentemente, uma oposição entre *enunciação discursiva* e *enunciação linguageira*, na medida em que a segunda, incluindo o aspecto situacional do ato de linguagem, engloba a primeira. Note-se que, mesmo possuindo um dispositivo próprio que lhe confere autonomia, a *enunciação discursiva* não se constrói independentemente da *enunciação linguageira*. A *enunciação discursiva* promoverá a realização de *gêneros* e de *estratégias* que não estão, obrigatoriamente, ligados às circunstâncias de produção. Assim, o discurso didático, em suas características do *dizer*, não está, exclusivamente, ligado à situação escolar — que chamaremos de *ritual* — e pode ser encontrado em outros tipos de situação (política, científica, das mídias⁶, etc.);

Em um segundo sentido, *discurso* pode ser relacionado a um conjunto de saberes partilhados, construído, na maior parte das vezes, de modo inconsciente, pelos indivíduos pertencentes a um dado grupo social. Os *discursos sociais* (ou *imaginários sociais*) mostram a maneira pela qual as práticas sociais são representadas em um dado contexto socio-cultural e como são racionalizadas em termos de valor: sério/descontraído, popular/aristocrático, polido/impolido, etc.

⁶ O termo *Mídia*, aqui, está sendo utilizado no sentido de veículo de informação (imprensa escrita, rádio, televisão).

OS SUJEITOS DA LINGUAGEM

Colocar os sujeitos da linguagem no centro das teorias linguísticas é uma preocupação recente e ainda não generalizada. De fato, durante muito tempo — até o surgimento da Teoria da Enunciação — a língua era considerada como um objeto abstrato, e era necessário descrever seus sistemas internos. Além disso, o termo *sujeito* só tinha uma realidade gramatical, e, ainda que na retórica antiga a atividade da linguagem fosse considerada como arte da persuasão, esse *sujeito* não estava presente como *ser da enunciação*.

Com as teorias estruturalistas e sua orientação para a atividade da comunicação — reduzida e simplificada ao extremo pela teoria matemática da informação — assim como a teoria gerativa de Chomsky, o *ato de linguagem* é o feito de um “locutor-ouvinte ideal” e de um processo simétrico entre aquele que o produz e aquele que o recebe e o decodifica. Não há, portanto, lugar para a teoria dos sujeitos, uma vez que estes desaparecem na abstração ideal de um modelo de competência supostamente perfeito. Com a Teoria da Enunciação, a presença dos responsáveis pelo ato de linguagem, suas identidades, seus estatutos e seus papéis, são levados em consideração.

Já em Jakobson (1963), os conceitos de *emissor* e *receptor* encontram-se distinguidos e personalizados pelas funções *emotiva* e *conativa* que lhes são associadas. Entretanto, é com Benveniste (1966) que se produz a primeira mudança teórica de importância: “... a subjetividade é a capacidade do locutor de se colocar como sujeito”. Ao dizer que o *subjetivo* é o ordenador da organização da linguagem, Benveniste dá primazia à enunciação sobre o enunciado e abre caminho para os novos estudos fundados sobre a oposição “Eu/Tu”.

A Pragmática vai ainda mais longe, uma vez que, sem se basear em uma verdadeira teoria dos sujeitos, leva em conta o estatuto linguageiro do sujeito falante para explicar os *performativos*: entre as condições que definem a performatividade de um enunciado como “a sessão está aberta”, estão a de se ter o estatuto de *presidente da sessão* e a de ser o sujeito que pronuncia este enunciado. Embora essa posição seja discutida mais adiante, gostaríamos, desde já, de reconhecer o papel inovador desempenhado pela pragmática em relação às outras teorias da língua.

Lembremo-nos também que, paralelamente ao desenvolvimento das teorias linguísticas dos anos 60, a semiótica tentará distinguir, nos objetos literários, vários tipos de enunciadores, destinadores, destinatários, etc., sobretudo através dos trabalhos de Barthes.

Enfim, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, sob a influência do desenvolvimento dos estudos antropológicos e sociológicos cada vez mais interessados pela linguagem, nasce um ponto de vista macrossociolinguístico que integra, a uma dada situação linguageira, todos os membros do grupo social nela inseridos. Daí os termos de *participantes*, *atores*, *parceiros* que podem ser encontrados nos trabalhos de Bernstein (1971), Halliday (1973), Hymes (1974), Fishman (1971), Labov (1971) e Goffman (1974). Não se pode dizer que o emprego desses termos seja de uma grande precisão, pois são utilizados, às vezes, uns no lugar dos outros. De qualquer forma, eles têm o mérito de obrigar toda teoria do discurso a se interrogar sobre a natureza dos seres sociais que participam das trocas linguageiras.

Antes de passarmos às definições, vejamos as hipóteses que constituem o quadro de nossa teoria exposta no livro *Langage et Discours* (Charaudeau, 1983).

1. O ato de linguagem⁷ é um fenômeno que combina o *dizer* e o *fazer*. O *fazer* é o lugar da *instância situacional* que se auto-define pelo espaço que ocupam os responsáveis deste ato (ver, mais adiante, *parceiros*). O *dizer* é o lugar da *instância discursiva* que se auto-define como uma *enunciação* da qual participam seres de palavra (ver, mais adiante, *protagonistas*). Esta dupla realidade do *dizer* e do *fazer* nos leva a considerar que o ato de linguagem é uma totalidade que se compõe de um *círculo externo* (fazer) e de um *círculo interno* (dizer), indissociáveis um do outro.

2. Todo ato de linguagem corresponde a uma dada expectativa de significação⁸. O ato de linguagem pode ser considerado como uma

⁷ Esse termo não é, aqui, tomado no sentido que lhe dá a Pragmática, mas sim em um sentido mais extenso, uma vez que ele designa o conjunto da realidade linguageira.

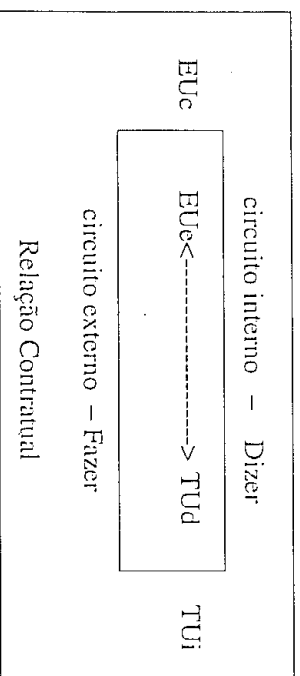
⁸ Devemos lembrar que utilizamos esse termo como sendo oposto a *sentido* (*Langage et Discours*, p. 18 e "Sens et signification", in: *Cahiers de*

interação⁹ de intencionalidades cujo motor seria o princípio do *jogar*: "Jogar um lance na expectativa de ganhar."¹⁰ O que nos leva a afirmar que a enunciação do *dizer* depende de uma atividade estratégica (conjunto de *estratégias discursivas*) que considera as determinações do quadro situacional.

3) Todo ato de linguagem é o produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade a qual pertencem. Isso nos leva a colocar que o ato de linguagem não é totalmente consciente e é subsumido por um certo número de rituais sociolinguageiros.

Esse conjunto de hipóteses define nosso quadro teórico, que pode ser representado, pela seguinte figura:

Fazer-Situacional



Vejamos, pois, as denominações por nós acima utilizadas e suas respectivas definições:

Lexicologie n. 21, Paris, Didier, 1972), em uma acepção diversa da de Ducrot (*Les mots du discours*, Paris Éditions de Minuit, 1980).

⁹ Todo ato de linguagem em seu duplo processo de *produção* e de *interpretação* é uma *interação*. Esse termo não é, pois, reservado somente para a situação dialógica.

¹⁰ Essa analogia com a teoria do jogo é também utilizada por analistas da conversação e por certos psicossociólogos.

1. *Sujeitos*: das diferentes acepções do dicionário¹¹ reteremos apenas a última: “*Philo. Psycho.* (empr. all. Kanl). Ser pensante, considerado como a sede do conhecimento (em *oposição* a objeto)”, em um sentido mais restrito. O *sujeito* pode ser considerado como um lugar de produção da significação linguageira, para o qual esta significação retorna, a fim de constituir-lo. O *sujeito* não é pois nem um indivíduo preciso, nem um ser coletivo particular: trata-se de uma abstração, sede da produção/interpretação da significação, especificada de acordo com os lugares que ele ocupa no ato linguageiro.

Falaremos, então, no que nos concerne, de *sujeito comunicante*, de *sujeito enunciador*, de *sujeito destinatário* e de *sujeito interpretante*.

2. *Parceiros*: de uma maneira geral, reteremos do dicionário¹² — ainda que não expressa nestes termos — a noção de “pessoas associadas”, em uma relação de *fazer-valer* recíproca: tais “pessoas” se consideram, por isso mesmo, *dignas* umas das outras (reconhecimento mútuo). Na interação linguageira, vemos dois parceiros: o sujeito comunicante (EUC) e o sujeito interpretante (TUI), implicados no jogo que lhes é proposto por uma *relação contratual*.

Essa relação contratual não se baseia nos estatutos sociais dos parceiros, do lado de fora da situação linguageira. Ela depende do “desafio” construído no e pelo ato de linguagem, desafio este que contém uma expectativa (o ato de linguagem vai ser bem sucedido ou não?). Isso faz com que os parceiros só existam na medida em que eles se reconhecem (e se “construam”) uns aos outros com os estatutos que eles imaginam. É o caso de encontros entre parceiros em lugares como, por exemplo, bares ou restaurantes; nessas situações, os estatutos dos parceiros não vão depender tanto de categorias profissionais hierarquizadas (patrão/empregado; intelectual/artista/comerciante, etc.), vão depender mais de um estatuto de competência atribuído no momento dos ditos encontros sobre os temas em torno dos quais vai girar a conversação (futebol, política, moda, etc.). A relação contratual depende, portanto, de componentes mais ou menos objetivos, tornados pertinentes pelo jogo de expectativas que envolve o ato linguageiro.

Estes componentes são de três tipos:

- *comunicacional*, concebido como o quadro físico da situação interacional: os parceiros estão presentes? Eles se vêem? São únicos ou múltiplos? Que canal — oral ou gráfico — é por eles utilizado? etc. (Charaucau, 1973).¹³
- *psicossocial*, concebido em termos dos *estados* que os parceiros são suscetíveis de reconhecer um no outro: idade, sexo, categoria socio-profissional, posição hierárquica, relação de parentesco, fazer parte de uma instituição de caráter público ou privado, etc.

— *intencional*, concebido como um *conhecimento a priori* que cada um dos parceiros possui (ou constrói para si mesmo) sobre o outro, de forma imaginária, fazendo apelo a saberes supostamente partilhados (intertextualidade).¹⁴ O componente intencional se apoia sobre duas questões que constituem os princípios de base de sua realização: O que está sendo colocado em questão, com qual intenção de informação? *De que maneira* isso está sendo veiculado, ou, qual será a intenção estratégica de manipulação?¹⁵

O *sujeito comunicante* (EUC) é o parceiro que detém a iniciativa no processo de interpretação. Ele encena o Dizer em função dos três componentes acima — é no componente intencional que se integram as hipóteses de saber que este sujeito é levado a construir sobre o sujeito interpretante (TUI) — e através da percepção que tem do ritual linguageiro no qual está envolvido. Temos aí o lugar de fala do EUC, sendo que o resultado dessa sua atividade está centrado nas estratégias discursivas, que são suscetíveis de produzir *efeitos de discurso*.¹⁶

¹³ “Réflexion pour une typologie des discours”, in: *Études de linguistique appliquée*. Paris: Didier. 1973. jul. n.11.

¹⁴ Ditemos, mais voluntariamente, *interdiscursividade*.

¹⁵ Esse termo pode ser tomado em um sentido mais amplo, já que todo ato de linguagem traz em si a idéia de “arriscar-se a jogar um lance para ganhar”.

¹⁶ Distinguiremos, então, os *efeitos possíveis* dos *efeitos produzidos* (de acordo com o sujeito interpretante).

¹¹ *Petit Robert*.

¹² *Id., ib.*

O sujeito interpretante (TUi) é o parceiro que tem a iniciativa do processo de interpretação. Ele constrói uma interpretação — que pode ser muda ou se exprimir por uma interação qualquer — em função dos mesmos três componentes — com as hipóteses de saber que ele é levado a elaborar sobre o sujeito comunicante (EUc) —, e através da percepção do ritual linguageiro.

Entretanto, não há simetria entre as atividades do EUc e do TUi. Se o resultado do processo de produção pode ser estudado através das características da enunciação do *dizer*, configurada no texto, o resultado do processo de interpretação só pode ser captado de duas formas: seja através do texto da interação (e tal captação, por mais interessante que seja, só pode ser parcial), seja de forma psico-experimental, isto é, testando-se os sujeitos interpretantes (na verdade, temos, aí, uma outra abordagem — ainda que complementar — situada na fronteira do campo linguageiro).

3. *Protagonistas*: das definições do dicionário *Petit Robert* reteremos as noções de “papel” e de “importante”, mas não o *sentido*, por demais restrito, ligado ao universo da tragédia grega. Na interação linguageira, somos confrontados com dois protagonistas: o sujeito enunciador (EUe) e o sujeito destinatário (TUi), que se definem como *seres de fala* da enunciação do *dizer*, produzida pelo EUc e interpretada pelo TUi. Estes seres de fala assumem diferentes faces de acordo com os *propósitos* que lhes são atribuídos pelos parceiros do ato de linguagem em função da relação contratual.

Tais papéis são concebidos como componentes da relação contratual e alguns deles correspondem aos três componentes da relação contratual: comunicacional, psicossocial e intencional. Esses três componentes são vistos, aqui, como índices semiológicos da enunciação do *dizer*, enquanto que outros correspondem ao que chamaremos *attitudes discursivas*.

Essas atitudes formam um dispositivo bastante complexo, que não podemos descrever nos limites deste artigo, e onde intervêm, só para se ter uma idéia, *attitudes enunciativas* (*alocutivo, elocutivo, delocutivo*, ou seja, os tradicionais atos de *fala*), *attitudes enuncivas* (os modos de organização narrativo e argumentativo), *attitudes de*

valores (ético, pragmático e hedônico), *attitudes de verdades* (real, ficcional) e *attitudes de credibilidade* (sério, familiar, etc.).

UM EXEMPLO: “A PERFORMATIVIDADE”

Durante muito tempo, foi comumente admitido que havia *na língua* verbos performativos e que seria possível elaborar uma lista deles (prometer, ordenar, permitir, declarar, etc.). Mas, como esses verbos dependiam do dispositivo de enunciação, foi preciso que se descrevesse as condições da realização performativa: os referidos verbos, além de seu semantismo particular (descrevem a ação que o locutor declara realizar), deveriam ser empregados no presente do indicativo e na primeira pessoa do singular. Assim, o enunciado “eu te ordeno que P”, era assinalado como performativo em oposição a “ele lhe ordena que P”, ou “eu lhe ordenava que P”, etc.

Depois, à medida que foram sendo levados em conta contextos nos quais o verbo performativo — apesar de suas boas condições de emprego — não realizava o ato que descrevia (caso da ironia), alguns linguistas propuseram qualificar tais verbos como “potencialmente performativos” (Roulet, 1978) ou, então, apelaram para os “marcadores das leis do discurso” (Ansambré, 1977).

A essas observações sucessivas, que nos demonstram que a performatividade não está inscrita na língua, poderíamos acrescentar que, em muitos casos, ocorrem realizações de atos enunciativos sem que a fórmula linguística utilizada os descreva de algum modo: citemos o caso de um presidente de sessão que, para declarar que ela está aberta, diga, apenas, um simples “Bom!”.

Não vamos propor, aqui, uma argumentação detalhada sobre a questão. Gostaríamos, apenas, de fazer uma série de considerações que nos permitam provar que a performatividade não é um fenômeno da língua, mas, sim, um fenômeno que diz respeito à enunciação do ato de linguagem com seus dois circuitos — externo e interno — e seus sujeitos correspondentes — parceiros e protagonistas.

A condição que determina que o sujeito falante tenha o poder de executar o ato que ele descreve em sua enunciação, depende, para nós, da relação contratual que existe no circuito externo, entre os dois

parceiros EUC e TUI. O "eu", marca gramatical, não remete, então, ao sujeito enunciador (EUC), mas ao sujeito comunicante (EUC).¹⁷ É necessário acrescentar, entretanto, uma outra condição: o EUC deve levar em conta se o TUI tem capacidade para *poder fazer* o que lhe é sugerido pelo ato de fala, senão não haverá, efetivamente, performatividade. Dizer, por exemplo, "eu ordeno que você levante e ande", a um parafítico, não resultaria em nada (a menos, é claro, que o EUC tenha a capacidade de fazer milagres, o que iria transformar o *poder fazer* do TUI).

Dito de outra forma, para que haja performatividade, é necessário que os dois parceiros mantenham uma relação contratual na qual eles reconheçam, mutuamente, a existência desse *poder fazer*.

A condição de *sinceridade* proposta por Grice (1975) depende igualmente de uma relação contratual (ponto de vista *intencional*). Assim, várias encenações linguageiras são possíveis com um mesmo enunciado, tal como: "Eu prometo ir à festa". Vejamos algumas encenações:

- a) EUC se compromete a fazer algo → EUC promete e TUD é soliciado a crer nisso. Se TUI acreditar, de fato, no que ouve, haverá um *efeito performativo* (E. P.) para EUC e para TUI. Porém, se TUI não acreditar no que ouve, o E. P. não se dará.
- b) EUC não quer se comprometer a fazer algo → EUC, no entanto, promete e TUD é soliciado a crer nisso. Se TUI acreditar, de fato, no que ouve, haverá um E. P. para ele, mas não para EUC (que sabe que não está dizendo a verdade mas, sim, contemporizando).
- c) EUC não quer se comprometer a fazer algo → EUC promete, mas TUD é chamado a não crer (presença de um índice que propiciará essa não-crença). Se TUI, por sua vez, não acreditar no que ouve, não haverá efeito performativo. TUI será, então, conivente com EUC.

¹⁷ Ducrot distingue, em 1977, o locutor enquanto locutor (EUC) do locutor personagem (EUC) no artigo "Illocutoire et performatif". in: *Revue Linguistique et Sémiologie* 4, P.U.L., 1977.

Os exemplos de encenação acima citados nos levam a afirmar que, na análise do discurso, só é possível falar de *efeito performativo* (E. P.), salvo se o conjunto do dispositivo do ato de linguagem e o lugar que nele ocupam os quatro sujeitos assegurarem ou não tal efeito.

O fato de que uma fórmula verbal qualquer, que não seja performativa em si (no sentido inicial) possa contribuir para produzir a realização de uma ação enunciativa, mostra que esta não está necessariamente ligada ao emprego de uma fórmula específica. Vejamos o caso do enunciado "eu gostaria que você viesse esta noite" dito por um pai a sua filha: se o pai (EUC) não tem costume de dar ordens a sua filha e exerce essa relação de autoridade por meio de uma "negociação", e, se a filha em questão (TUI) sabe bem disso, é quase certo que tal enunciado produzirá o efeito e a realização da ordem, o que não poderia ser determinado pelo uso de "eu gostaria que" em outras circunstâncias.

Pensamos, assim, que a realização de uma ação enunciativa pode ser produzida por diferentes estratégias discursivas, sendo que algumas chegam até a mascarar o *fazer* pelo *dizer*.

Enfim, a análise de algumas seqüências interacionais permite evidenciar que, cada vez que o EUC utiliza uma fórmula explícita (eu ordeno, eu prometo, eu permito, etc.), Tudo se passa, do ponto de vista da estratégia discursiva, como se a validade da relação contratual estivesse sendo colocada em dúvida, mesmo quando todas as condições são aparentemente preenchidas para produzir o efeito performativo. Um padrão que quisesse expulsar de seu escritório um funcionário que ali veio para fazer uma reivindicação, lhe diria: "Saia daqui, agora!" Se o funcionário não o fizesse, o padrão poderia acrescentar: "Eu estou mandando o senhor sair!" e, talvez, pudesse mesmo explicitar as condições de enunciação dizendo: "Sou eu, seu superior, quem está lhe falando!"

Mas, as três últimas fórmulas não passam de um simulacro de E. P., nas quais se institui um sujeito destinatário (TUD) *mistificado*, o resultado ficando na dependência da reação do TUI.

Ao contrário, não se concebe que, no decorrer de um assalto a banco, o EUC enuncie algo como: "Eu ordeno que vocês me dêem o dinheiro!" A impressão de escárnio que é sentida em casos desse tipo

(bastante explorada em filmes cômicos, como alguns de Woody Allen) se deve à força da ameaça que a relação contratual representa (o assaltante está armado). Nesse caso, ela seria contemplada com um enunciado breve, do tipo: "O dinheiro!"

A relação, inversamente proporcional, entre o emprego da forma performativa explícita e o E. P. do ato de linguagem leva a adotar uma terminologia que pode dar lugar a confusões. Assim, distinguiremos:

— *o ato de linguagem* que, como foi dito no início deste artigo, diz respeito à totalidade da enunciação linguageira com seus dois circuitos, externo — o da relação contratual entre parceiros — e interno — o da enunciação do *dizer*, com seus dois protagonistas.

— *o ato de fala* que diz respeito exclusivamente à enunciação do *dizer*, por meio de qualquer fórmula verbal que seja, desde que ela assinale um ato enunciativo dando um determinado papel ao EJe e ao TUD. O ato de fala não representa, então, o todo do ato de linguagem.

— *a estratégia discursiva* que leva em conta o efeito possível produzido pelo ajustamento (o jogo) entre a enunciação do *dizer* (o ato de fala) e a relação contratual do *fazer*.

Nessas condições, o conceito de *ato performativo* parece ser inútil no âmbito da análise do discurso, visto que tal conceito desaparece sob a descrição sempre particular do efeito estratégico produzido pelo ajustamento entre o *dizer* e o *fazer*.

Concluiremos mostrando, rapidamente, o sentido atribuído a outras denominações que já mencionamos:

— *locutor/interlocutor* servirão para designar os parceiros EJe e TUi, quando estes estiverem em situação de comunicação dialógica utilizando o canal oral.

— *scriptor/leitor* designarão os mesmos parceiros acima mencionados, quando a situação de comunicação for não-dialógica, quando o canal for gráfico ou escritural.

Deixaremos a terminologia *atores* à sociologia — pois esse termo poderia trazer uma certa confusão em uma teoria do discurso, a menos

que o liguemos aos *participantes* da etnografia da comunicação e da etnometodologia — pois trata-se de um ponto de vista macro-sociológico que escapa ao que nós consideramos como a expectativa do ato de linguagem. O conceito de *Ator* poderia, no entanto, ser utilizado para designar um terceiro implicado em um ato de linguagem.

Emissor/Receptor serão deixados de lado, pois podem transmitir uma falsa idéia do que seja um ato de linguagem. Enfim *eu/tu* não serão considerados, já que nos enviam, de modo bem restrito, às pessoas gramaticais, ainda que Benveniste tenha tido cuidado para evitar essa possível confusão.

(Tradução de Ida Lucia Machado, Renato de Mello e
Williane Viriato Rolim)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSCOMBE, J. C. La problématique de l'illocutoire dérivé. In: *Langage et Société* 2, 1977.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*, 1. Paris, Gallimard, 1966.
- BERNSTEIN, B. *Class, codes and control*, vol. 1. London, Routledge and Kegan Paul, 1971.
- CHARBOL, C. Réflexions à propos de l'interaction et de l'interlocution dans les médias. In: *Sociologie du Sud-Est*, n. 37-38, Aix en Provence, 1983.
- CHARAUDEAU, P. Le discours propagandiste. In: *Le français dans le monde*. Paris, Hachette, n. 182, jan. 1984.
- CHARAUDEAU, P. Sens et signification. In: *Cahiers de Lexicologie*, Paris, Minuit, 1980.
- CHARAUDEAU, P. *Langages et discours*. Paris, Hachette, 1983.
- CHARAUDEAU, P. Réflexion pour une typologie des discours. In: *Études de Linguistique Appliquée*, n. 11, Paris, Didier, 1973.
- DUROT, O. Illocutoire et Performatif. In: *Linguistique et Sémiologie* 4, P. U.L., 1977.
- DUROT, O. *Les mots du discours*. Paris, Minuit, 1980.
- FISHMAN, J. A. *Sociolinguistics: a brief introduction*. Newbury House, Rowley, 1970 (tr. fr. Bruxelles-Paris, Labor-Nathan, 1971)
- GOFFMAN, E. *Les rites d'interaction*. Paris, Minuit, 1974.
- GRICE, H. P. Logic and conversation syntax and semantics. In: *Speech Acts*, vol. III, P. Cole et J. L. Morgan eds., Academic Press inc., 1975.